



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Projeto de Lei nº 621 de 2020

Dispõe sobre a organização de acervos de literatura infantil e infantojuvenil nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas particulares que recebam apoio do poder público.

Autora: Deputada DANIELA DO WAGUINHO

Relator: Deputado LUIS MIRANDA

I –RELATÓRIO

O projeto em análise determina que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, deverão organizar acervos específicos de literatura infantil e infantojuvenil:

- a) as bibliotecas públicas;
- b) as bibliotecas corporativas pertencentes a instituições públicas federais tais como museus, fundações, centros de documentação e memória e órgãos similares; e
- c) as bibliotecas pertencentes a instituições privadas, como condição para receber apoio financeiro ou doações de acervo pelo poder público.

A proposição, em regime de tramitação ordinária (Art. 151, III, RICD), está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões - Art. 24 II, tendo sido distribuída às Comissões de Cultura; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), nessa ordem.

Na Comissão de Cultura, a proposta foi aprovada, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Sâmia Bomfim.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227524749800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 02/06/2022 15:20 - CFT
PRL 1 CFT => PL 621/2020

PRL n.1

Transcorrido o prazo regimental, não houve apresentação de emendas.

É o relatório.

II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Da análise do projeto de lei, no âmbito do orçamento da União, entende este Relator que as bibliotecas, que ainda não disponham de acervos de literatura infantil e infantojuvenil, podem organizar esses acervos nos limites de seus orçamentos de compra, como sugere a autora da proposição na sua justificção:

Bibliotecas de museus, centros de documentação, fundações, universidades e empresas públicas como Correios, Embrapa, Câmara dos Deputados e Senado, por exemplo, podem, nos limites de seus orçamentos de compra de acervos, bem como de organização das obras existentes, cuidar para manter bons acervos de literatura infantil e infantojuvenil, os quais podem ser emprestados aos funcionários e a consulentes do público em geral para que estes sejam mediadores da formação do hábito de leitura junto aos seus, filhos, sobrinhos, netos e vizinhos.

Contudo, para que mencionados órgãos e instituições possam adequar seus orçamentos às referidas compras (se necessário), entendo imperioso conceder maior prazo. Assim, proponho emenda de adequação, de modo a ampliar sobredito

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda

prazo para dois anos
Para conferir a autenticidade, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227524749800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Ante o exposto, submeto a este colegiado meu voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei 621, de 2020, com a emenda de adequação anexa.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado LUIS MIRANDA

Relator

Apresentação: 02/06/2022 15:20 - CFT
PRL 1 CFT => PL 621/2020

PRL n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227524749800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Projeto de Lei nº 621 de 2020

Dispõe sobre a organização de acervos de literatura infantil e infantojuvenil nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas particulares que recebam apoio do poder público.

EMENDA DE ADEQUAÇÃO nº 1, DE 2022

Dê-se ao *caput* do art 2º a seguinte redação:

Art. 2º As bibliotecas públicas e pertencentes a órgãos federais terão 2 (dois) anos para cumprir as determinações desta Lei.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado LUIS MIRANDA

Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227524749800>

